

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº /2025.

AUTORIA: VEREADOR WAMBERTO ULYSSES-REPUBLICANOS

INSTITUI O SELO "ESCOLA PROTETORA DA INFÂNCIA" NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-CIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprova o seguinte Projeto de Lei Ordinária.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de João Pessoa, o Selo "Escola Protetora da Infância", a ser conferido às instituições de ensino públicas e priva das que adotem práticas, programas e políticas de proteção integral à infância.

Art. 2º São objetivos desta Lei:

- I a prevenção e o combate a todas as formas de violência contra crianças;
- II o respeito aos direitos da criança, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- III a formação continuada dos profissionais da educação para identificação e encaminhamento de casos de violação de direitos;
- IV o desenvolvimento de ambientes escolares seguros, inclusivos e acolhedores;
- V a integração entre a escola, a família e a rede de proteção social;
- VI a promoção da cultura de paz, da escuta ativa e do cuidado emocional no ambiente escolar.
- **Art. 3º** O Selo Escola Protetora da Infância, de que trata o *caput* deste artigo, será conferido às escolas que promovam prioritariamente as seguintes ações:
- I Implantação de sistema de controle de acesso seguro, com registro de entrada e saída de alunos, funcionários e visitantes, visando garantir a segurança e rastreabilidade de todos os que circulam nas dependências da escola;
- II Realização de treinamento anual para todos os profissionais da escola, inclu indo equipe pedagógica, administrativa e de apoio, com foco na identificação, acolhimento e encaminhamento adequado de situações de abuso, negligência, bullying e outras formas de violência contra crianças e adolescentes;



III – Disponibilização de canal de denúncias anônimas, acessível a alunos, famili ares, professores e demais funcionários, assegurando sigilo e mecanismos adequados de apuração e encaminhamento das informações recebidas;

IV – Promoção regular de palestras, rodas de conversa e atividades educativas voltadas à comunidade escolar, com foco em integridade, fortalecimento de valo res familiares, cultura de paz, respeito mútuo e prevenção à violência;

V – Elaboração e divulgação de protocolo interno de resposta rápida para situações de risco, incluindo contato imediato com órgão de proteção e autoridades competentes.

Art. 4º O órgão municipal competente desenvolverá procedimentos para a concessão e o monitoramento do Selo "Escola Protetora da Infância", estabelecendo condições, prazos e sanções por uso indevido do Selo e o regramento para exe cução do objeto desta norma.

Art. 5º Para obtenção do Selo "Escola Protetora da Infância" deverá a escola interessada apresentar requerimento junto ao órgão competente do Poder Executivo, mediante apresentação de documentos que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos no art. 3º desta Lei.

Art. 6º As escolas certificadas poderão utilizar o Selo em seus materiais institucionais, como símbolo de seu compromisso com a proteção da infância.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, 06 de outubro de 2025.

WAMBERTO ULYSSES VEREADOR- Republinos



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no âmbito do Município de João Pessoa, o Selo "Escola Protetora da Infância", destinado a reconhecer e estimular as instituições de ensino – públicas e privadas – que adotem práticas efetivas de promoção, defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente, conforme os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Constituição Federal e da legislação correlata.

A infância é uma fase de extrema vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, de formação essencial para o desenvolvimento humano. Nesse contexto, a escola ocupa um lugar central na vida das crianças e adolescentes, não apenas como espaço de aprendizagem formal, mas como ambiente de socialização, acolhimento e construção de valores. Por isso, é fundamental que as escolas estejam prepa radas para identificar sinais de negligência, abuso, violência física, psicológica ou sexual, bem como para agir de forma responsável, articulada e protetiva frente a essas situações.

O Selo proposto neste Projeto de Lei tem caráter educativo, preventivo e simbólico, e busca estimular as escolas a assumirem uma postura ativa na defesa da infância, por meio de ações concretas como controle seguro de acesso, formação continuada de profissionais, protocolos de resposta rápida a situações de risco, canais acessíveis de denúncia e atividades educativas voltadas à cultura de paz e ao fortalecimento dos vínculos familiares.

Além disso, a certificação valoriza a escola que demonstra, na prática, seu compromisso com os direitos humanos e com a proteção integral de suas crianças e adolescentes, servindo também como critério positivo para escolha das famílias, parcerias institucionais e reconhecimento social.

Por fim, esta iniciativa reforça o papel do Município de João Pessoa como agente ativo na construção de políticas públicas de proteção à infância, con tribuindo diretamente para a construção de uma cidade mais justa, segura, humana e comprometida com o futuro de suas crianças.

Diante da relevância da matéria, conclama-se o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, 06 de outubro de 2025.

WAMBERTO ULYSSES VEREADOR- Republicanos

